

## CONVENTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS - PATRIMÔNIO E HISTÓRIA LOCAL EM CABO FRIO

**André Luiz Garrido Barbosa<sup>1</sup>**

### **Catolicismo no Brasil colonial: apontamentos para uma reflexão histórica**

Tratar de religião no Brasil colonial é lidar com um tema complexo, vasto em suas infinitas possibilidades de abordagem e com um nexos temporal que atravessa séculos de nossa história nacional e local. Nesse sentido, como abordagem de estudo em nossa reflexão sobre a história local da cidade de Cabo Frio e seus monumentos históricos, preconizaremos em nossa reflexão o estudo do Convento Nossa Senhora dos Anjos, a sua importância para a compreensão de parte da História local, bem como os seus usos no passado colonial.

Antes de tratarmos desse importante monumento local que, além de ser tombado pelo IPHAN<sup>2</sup>, é também sede do museu de arte sacra local, abordaremos alguns aspectos gerais sobre a organização da Igreja Católica no Brasil colonial e algumas de suas variadas manifestações religiosas.

A presença de religiosos católicos naquilo que mais tarde constituir-se-ia como território brasileiro remete para fatos rotineiros desde os primórdios do período colonial. Presença constante nas viagens realizadas pelos portugueses no contexto da expansão comercial e marítima e na formação do Império português durante a Idade Moderna, esses indivíduos e a religião que eles representavam foram um dos elementos primordiais para a conquista e manutenção dos domínios portugueses mundo afora (WEHLING, 1999).

---

<sup>1</sup> Professor de História do Ciep 357 – José de dome – SEEDUC – RJ.

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Campus de São Gonçalo. garrido-andre@hotmail.com

<sup>2</sup> Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto n° 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343 (AGUIAR, 2016, pág.104).

Em relação ao Brasil, a organização da Igreja esteve estruturada segundo a prática do Padroado, que era uma espécie de aliança entre o Estado Português e a Igreja Católica, permitindo uma forte influência do governo nos negócios da Igreja no Brasil.

*A organização da Igreja no Brasil entre 1550 – 1800 era em grande parte controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa portuguesa baseada no fato de o rei ser grão – mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a de Cristo (a mais importante), a de São Tiago da Espada e a de São Bento, a partir de 1551. A Ordem de Cristo era herdeira da dos Templários e gozava de grande influência. O direito do padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras “descobertas, de sorte que foi por meio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada. O Estado português ainda dispunha de outros mecanismos para controlar a Igreja, como a “Mesa da Consciência e Ordens”, que procedia às nomeações eclesiais, e o Conselho Ultramarino, que dava pareceres em questões de direito colonial (HOORNAERT, 1994, p. 12).*

Com apenas sete dioceses (Salvador, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Luís, Pará, Mariana e São Paulo), a organização das dioceses e paróquias atravessou todo o período colonial. As dioceses, prelazias e paróquias passaram por diversos momentos de vacância, devido ao desinteresse do Estado Português, que estava preocupado em exercer as funções episcopais e sacerdotais que estavam a seu serviço (HOORNAERT, 199; FURTADO, 2000).

*O clero secular atendia às necessidades da assim chamada “sacramentalização” ou administração dos sacramentos obrigatórios, como sejam: o batismo, o casamento, a confissão anual no tempo pascal, a missa dos defuntos. Esses sacramentos eram administrados à população em geral, não a grupos que livremente os aceitavam: eram considerados obrigatórios. Uma parte do clero secular tomava conta de capelanias das confrarias nas vilas; outra cuidava das paróquias nas vilas e no interior do país (HOORNAERT, 1994, p. 12-13).*

A Igreja Católica encontrou dificuldades para se organizar e atuar na região de dimensões colossais. Para uma melhor compreensão, vale considerar a presença de diversos grupos étnicos e culturais plurais, indo dos colonos de origem portuguesa e seus descendentes até os variados grupos indígenas, que deveriam ser incorporados ao domínio português, além dos negros oriundos do processo escravista a que estes últimos estavam submetidos.

Dentre os diversos problemas que dificultavam a uniformização da fé católica no Brasil e fragilizavam a atuação da Igreja em tão vasto território devemos destacar a falta de preparo de muitos dos religiosos que aqui atuavam. Como muitos dos fiéis eram analfabetos, acabavam sendo mal instruídos no catecismo. Outra problemática relevante

era a distância entre a colônia e a Europa, dificultando o controle sobre os fiéis e os sacerdotes (FURTADO, 2000).

Em relação à atuação do clero no Brasil colonial, é preciso enfatizar a importância das ordens monásticas e da função missionária que exerciam junto à população local e aos grupos indígenas que sofreram o processo de dominação cultural exercido através dos colégios, conventos e missões religiosas.

Com maior autonomia, se comparado ao clero secular, as ordens monásticas atuaram ao longo do período colonial inicialmente no litoral. E, à medida que o processo colonizador avança, a atuação das ordens segue para o interior do país.

*Além dos padres regulares, que estavam subordinados diretamente ao Vaticano, havia aqueles ligados às ordens eclesiásticas, que tinham mais autonomia. Entre essas ordens, havia a dos franciscanos, a dos beneditinos, a dos dominicanos e a dos jesuítas. Esses últimos foram elementos importantes na difusão da religião católica no Novo Mundo, evangelizando indígenas e ensinando os filhos dos colonos. Contudo, as ordens tinham uma estrutura independente do Estado e, por isso, eram por vezes temidas, porque difíceis de ser controladas (FURTADO, 2000, p. 18).*

Por sua representatividade no contexto da história colonial em Cabo Frio, duas ordens monásticas merecem uma atenção diferenciada nessa reflexão: a dos jesuítas e a dos Franciscanos. Os primeiros construíram, em 1617, no atual município de São Pedro da Aldeia, um aldeamento, com quinhentos índios oriundos do Espírito Santo e que nele conviveram com índios Goitacazes, Tamoios e Guarulhos. Além da missão, os jesuítas ainda estabeleceram uma igreja e colégio na referida cidade em homenagem a São Pedro, além de uma fazenda na região que, atualmente, compreende o Distrito de Tamoios, em Cabo Frio, denominada de Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, em 1648, permitindo que a companhia tivesse autonomia financeira para atuar com a obra de evangelização (SILVA, 1854).

Estruturando-se no campo da evangelização das populações indígenas locais, via catequese, e acumulando recursos materiais que permitiram a sua autonomia financeira, os jesuítas atacaram nessas frentes na região de Cabo Frio no período colonial, marcando a sua presença de maneira permanente.

*... os jesuítas buscaram na catequese, antes de tudo, a mudança de alguns costumes ameríndios, incompatíveis com a católica – como a poligamia, e a antropofagia – e, para isso, fizeram largo uso da música, da dança, dos autos religiosos e das procissões.*

*... a Companhia de Jesus tornou-se também uma das instituições mais opulentas da América Portuguesa. Através de doações e de uma*

*cuidadosa administração de seu patrimônio, acumulou imenso cabedal em sesmarias, propriedades urbanas, fazendas de gado, engenhos e escravos africanos (VAINFAS, 2000, p. 127-128).*

Em relação à atuação da ordem franciscana em Cabo Frio no período colonial, teremos como foco neste estudo a reflexão sobre o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos.

### **Religião em Cabo Frio no período colonial: o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos**

O convento franciscano consagrado a Nossa Senhora dos Anjos teve iniciada as suas atividades em 13 de janeiro de 1696. Originalmente, tinha como função ser a sede dos frades franciscanos que viviam em clausura em Cabo Frio, administrando para população local, missas, orações, canto através de coral e ações educativas no campo da leitura e escrita para as crianças.

A vinda dos religiosos para Cabo Frio está relacionada a uma solicitação da população local que requereu, junto às autoridades portuguesas, a instalação de uma casa de recolhimento e noviciado, o que foi inicialmente negada, sendo *a posteriori* atendidos pelos franciscanos, que despacharam em 1684 do Rio de Janeiro dois frades que foram verificar as condições dessa empreitada. Feito tal procedimento, foi acertado junto aos moradores a obtenção de uma doação anual de 25 bois para a manutenção dos religiosos, tendo, pois, a construção da edificação início em 1686 (CUNHA, s.d).

Estabelecido o convento, os religiosos franciscanos atuaram no decorrer do século XVIII nas atividades de cunho religioso e também no campo educacional, tendo os frades do convento a dedicarem-se a ensinar ler, escrever, e contar as crianças de Cabo Frio, formando inclusive classes especiais de gramática e Latim (CUNHA, s.d.).

*Os conventos franciscanos possuíam escolas de primeiras letras, como as de Cabo Frio e Taubaté, mas o ensino nelas ministrado, embora fosse considerado mais adequado às necessidades da terra do que o jesuítico, foi menos importante para a educação na Colônia. Outras ordens, como a dos beneditinos e das carmelitas, possuíam cursos para formação de noviços e, em alguns conventos e mosteiros, chegou a haver teses de doutoramento (WEHLING, 1999, pag. 298).*

Essa preocupação em atuar no campo missionário religioso e educacional foi uma tônica constante das ordens religiosas que atuaram no Brasil colonial, tais como, os franciscanos, jesuítas e carmelitas, estabelecidas por meio do sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior.

*“Ao lado dos jesuítas atuaram os franciscanos. Estes agiram através de um sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior.”... A ordem franciscana irradiou-se pelo litoral a partir de Olinda (1585), concentrando-se sobretudo na faixa entre Paraíba e Alagoas, com conventos também em Salvador, Espírito Santo, Rio de Janeiro etc (HOORNAERT, 1994, pag. 32).*

Durante os primeiros séculos da colonização, grande parte da vida urbana esteve ligada à organização do clero católico no Brasil, seja por meio do clero regular ou das ordens monásticas dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos em suas múltiplas festividades, procissões e enterros, entre outras expressões de religiosidade. Essa forte presença da vida monacal no período colonial refletiu na arquitetura colonial e sua representatividade se deu por seus conventos e mosteiros espalhados nos domínios portugueses (MEDEIROS, 2010).

O Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, foi construído em pedra e cal, tendo a sua planta em formato retangular, com pequeno claustro no centro, seguindo a lógica das construções franciscanas do período colonial, pautadas na simplicidade e funcionalidade da construção: catequese, amparo religioso, ensino e convívio com os cidadãos da vila ou cidade (FERNANDES, 2013).

*A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis.*

*Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (RIBEIRO, 2017, p. 138-139).*

Construção maciça de pedra e cal, defronte para o canal do Itajuru, encravada na área urbana em que passou a se constituir o núcleo central da Cidade de Cabo Frio, o convento franciscano era uma construção modesta, se compararmos com o convento da mesma ordem situado na Cidade do Rio de Janeiro, mas dada às proporções da pequena vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, era uma construção imponente e que, assim como a Igreja Matriz, de nome homônimo ao da cidade, irá marcar o perímetro de atuação do clero católico secular e regular no Brasil colonial.

*Nesse sentido, o conjunto igreja-convento caracterizou-se por atender às necessidades inerentes às atividades conventuais; segundo a regra básica da arquitetura, adaptou-se sempre que possível ao clima, voltou-se para a escolha adequada do local da construção, buscando a proximidade dos cursos d'água, escolheu o isolamento do espaço rural na fase inicial, as elevações do terreno, a inserção nos extremos da malha urbana. Esses edifícios não eram construídos de uma só vez; o núcleo inicial era geralmente o claustro, seguindo-se a construção da igreja (da capela-mor para a entrada) e finalmente a frontaria, a torre e o adro com o cruzeiro (FERNANDES, 2013, pág. 5).*

Acompanhando a lógica de outras construções do período, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, teve em sua construção matérias presentes na localidade e se estabeleceu nas proximidades da Fonte do Itajuru, principal fonte de água doce da Cidade, e nos extremos da área urbana, tendo em consideração o fato de que o núcleo urbano original se situou no bairro da Passagem, local em que eram atracadas pequenas embarcações que corriam a lagoa e que se comunicavam com a barra do canal. Com a expansão da malha urbana nos séculos posteriores, o convento deixa de se situar nos extremos e passa a fazer parte da área central da cidade (CUNHA, s.d.; RIBEIRO, 2017).

Ajudando no serviço religioso e educacional em uma vasta dimensão geográfica que compreendia na época uma região que hoje corresponde os municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama, Casemiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, os frades franciscanos tinham uma tarefa monumental de contribuir na educação das primeiras letras aos moradores de Cabo Frio e regiões limítrofes, assim como na administração de missas, orações e aplicação dos sacramentos.

De sua formação no final do século XVII ao seu eclipse no final do século XIX, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos passou de uma casa, que abrigou no auge de suas atividades por volta de 30 religiosos, a um lento processo de decadência que culminou quando o último religioso, Frei Vitorino de Santa Felicidade, veio a falecer em 1872, tendo com a sua morte selado o destino do convento.

*O início das atividades no Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio foi em 13 de janeiro de 1696 com cerimônia conduzida pelo Provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz. Durante o seu funcionamento, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio chegou a abrigar 30 religiosos (1765) “(...) sem sabermos como era possível aboletar-se aí tanta gente”, observa Frei Basílio Röwer, autor do relato mais completo sobre a casa religiosa feito até o momento (Röwer, 1957, p. 385). Já a partir das décadas finais da segunda metade do século XVIII, o número de religiosos que viviam no*

*Convento começava a sofrer grande redução. Em 1788, um decreto régio exigia autorização da rainha D. Maria I para os jovens que desejassem ingressar no noviciado (Hermann, 2000, p. 149). Não se sabe se por essa razão, em 1797, apenas seis frades permaneciam na casa religiosa de Cabo Frio. Dois anos depois, viviam no local: quatro frades franciscanos, três sacerdotes e um leigo (Notação vp07). Já no início do século XIX, registros informam que no Convento eram apenas quatro frades que “pouco ou nada fazem” (Visita do bispado do Rio de Janeiro), sendo que em 1832 havia apenas um remanescente. A escassez de religiosos dificultava a continuidade das atividades conventuais. Em 1872, o último religioso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, Frei Vitorino de Santa Felicidade, falecia, tendo os seus sacramentos sido administrados pelo vigário paroquial, selando os destinos do edifício (RIBEIRO, 2017, p. 123).*

A redução drástica de religiosos no decorrer do século XIX levou à degradação física do convento, somada a dificuldades em manter a sua manutenção por parte dos poucos religiosos ali presentes. Em 1858, a Ordem Terceira de São Francisco obteve dos frades uma parte do terreno e ali construiu sua igreja, além de um cemitério (CUNHA, s.d).

Entre 1916 e 1919, o imóvel foi apropriado pelo governo federal, o que não impediu que sua degradação fosse acentuada, tendo, inclusive, parte de seus materiais e mobiliário saqueados.

*O acontecimento seria relacionado a uma querela entre os religiosos e o Executivo Federal, quando este sequestrara os bens provinciais, situação definida a favor dos religiosos em 1919. O monumento foi considerado res nullius, ou seja, coisa a que ninguém pertença ou abandonada, deflagrando, assim, o saque ao imóvel – “carroças estacionavam junto às muralhas carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras” (Röwer, 1957, p. 402). O mobiliário também fora quase todo perdido, havendo apenas restos de assento de coro. E a biblioteca dos franciscanos teria sido queimada por razões sanitárias. Quanto a seus outros bens integrados, relata o frade em Páginas Franciscanas que, tendo sido objetos e alfaias confiados a um cidadão local, acondicionados em sua casa, foram misteriosamente desaparecidos (RIBEIRO, 2017, p. 124).*

Depois de um longo processo de degradação do patrimônio material do convento, a situação desse monumento histórico começa a mudar quando, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas instituiu a proteção do patrimônio histórico nacional através do decreto-lei nº 25, garantindo a preservação de bens móveis e imóveis que estivessem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil. Coube, assim, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o levantamento dos bens, a sua

catalogação no livro do tomo, bem como a sua proteção por parte do poder público (RIBEIRO, 2017).

O primeiro processo de tombamento em Cabo Frio é o de número 447-T-51, datado de 1951. O documento trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os seguintes bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.<sup>3</sup>

Passados pouco mais de uma década do tombamento dos bens acima descritos, foi aberto um novo processo de tombamento. Dessa vez, em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local e, somado a isso, da ampliação da área de proteção, considerando o processo de degradação, resultado da falta de cuidados e a destruição oriunda da expansão urbana da Cidade.<sup>4</sup>

Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio.<sup>5</sup> Desse novo processo de reordenamento dos bens tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas tendo como elementos a serem preservados:

- 1. Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o Largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.*
- 2. Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados, como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.*
- 3. Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta, e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio, traçada a partir do centro geométrico do Forte.*<sup>6</sup>

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio teve como uma de suas motivações a preocupação com a preservação desses monumentos, face sua degradação e destruição.

Em 1968, foi assinado um convênio entre o SPHAN e o Arcebispado de Niterói<sup>7</sup>. O documento prevê a criação de um Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do

---

<sup>3</sup> Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.

<sup>4</sup> Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume:1, página: 2.

<sup>5</sup> Ibid. volume: 2, página: 2.

<sup>6</sup> Ibid. anexo: 69.

<sup>7</sup> Processo: 0447-T-51 - no referido processo consta uma série de correspondências entre a mitra diocesana e diferentes instâncias do poder público relatando os problemas para a conservação do convento Nossa Senhora dos Anjos e a sua respectiva degradação, contribuindo esse diálogo para a formação do convênio

Convento Nossa Senhora dos Anjos que, após reparos promovidos pelo poder público para a revitalização do espaço, teve as suas atividades museológicas iniciadas a partir de 1982, sendo desde então, este o uso dado ao então ao antigo convento franciscano (CUNHA, s.d.; RIBEIRO, 2017).

O estudo da história local de Cabo Frio e de seus elementos patrimonializados, como o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, permite inverter a lógica tradicional de alguns estudos históricos que enalteceram os feitos de elementos das elites políticas e econômicas a partir de reflexões a respeito de grandes cidades e capitais. Ademais, possibilita trazer para o âmbito de cidades pequenas, como Cabo Frio, pesquisas que permitam compreender as suas especificidades locais, assim como as suas relações com uma história de características gerais, invertendo desse modo a escala de observação, além de mudar a perspectiva da reflexão historiográfica (LEPETIT, 1998; GOUBERT, 1972).

O uso desses bens como fontes históricas edificadas e realizadas pelos arquitetos e técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico ajudam de modo consciente, deliberado e justificável na compreensão de fragmentos do passado de Cabo Frio, decidindo erigir em elementos comprobatórios de informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos, sob a forma de uma narrativa com coerência interna, refutável e com inteligibilidade científica própria (ROUSSO, 1996).

A utilização do convento como fonte histórica para a compreensão de parte do passado local cabofriense permite que sejam feitas atribuições de valores a esses monumentos por parte dos diferentes agentes envolvidos na sua patrimonialização, preservação e uso no cotidiano. Nessa perspectiva, tais ações, que vão do poder público, turistas, estudantes, religiosos, intelectuais nos campos da arquitetura e da história, e demais públicos envolvidos, poderão, de acordo com o seu grau de envolvimento e uso desses bens, atribuírem significados plurais aos mesmos.

Ao analisarmos os processos de tombamento realizados em Cabo Frio, percebemos a presença desse discurso nacionalista, com forte carga identitária, por parte

---

entre IPHAN e a mitra diocesana católica: ofício nº 70 do DPHAN para prefeitura de Cabo Frio de 1951; ofício nº 89/51 da Prefeitura de Cabo Frio para o DPHAN; correspondência para vigário da paróquia de Cabo Frio em 1956; telegrama do DPHAN para a Mitra Diocesana em Niterói e resposta da mesma no ano de 1956; notificação nº 775 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1956; notificação nº 806 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1958; ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

dos arquitetos e técnicos do IPHAN. Ao justificarem o tombamento do Convento Nossa Senhora dos Anjos, na década de 1950, tais profissionais argumentavam que a proteção a esse bem edificado contribuiria para preservação da história colonial local e nacional.<sup>8</sup>

O processo de patrimonialização em Cabo Frio realizado pelo IPHAN na segunda metade do século XX vem fortemente influenciado por um contexto anterior de intensa valorização das narrativas históricas de caráter nacional em decorrência da legitimação dada pelo estado brasileiro a partir dos diversos governos do Presidente Getúlio Vargas, em especial no período do Estado Novo. Em 1937, o então governo criou uma agência pública responsável por selecionar, catalogar, tomba e criar políticas de preservação de bens edificados que representassem importantes períodos da chamada história nacional (CHUVA, 2009).

O poder do IPHAN em elaborar e aplicar políticas oficiais de proteção patrimonial nacional conferirá tal legitimidade a esse órgão da administração federal e aos seus técnicos. Estes foram chamados a opinar em diferentes frentes e demandas que envolviam disputas em torno dos usos das áreas tombadas e interferindo, quando possível, nas ações da administração municipal para salvaguardar os interesses coletivos locais e nacionais, que eles entendessem estar em jogo, mesmo que essa coletividade não fosse consultada a respeito das decisões a serem tomadas por esses burocratas que atuavam a partir dos poderes a eles constituídos legalmente, agindo como arquitetos da memória nacional (CHUVA, 2009).

O estudo dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio, tendo como principal referencial o Convento Nossa Senhora dos Anjos demonstrara que o tombamento efetuado na cidade entre as décadas de 1950 e 1960, seguiu a procedimentos típicos do contexto histórico em que foi efetuado obedecendo a critérios do corpo técnico do instituto que tinha como ênfase o tombamento de bens edificados que tivessem uma relação com uma narrativa histórica de caráter nacional e que estivessem de alguma maneira ameaçados.

O estudo do patrimônio como processo de atribuição de valor e significado a bens e práticas culturais, demonstra um processo de enquadramento de memória (POLLAK, 1989 e 1992) em que determinados acontecimentos históricos são alçados a

---

<sup>8</sup>Processo de tombamento n447-T-51, de 1951, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

uma categoria de destaque dentro da sociedade e passam a ser evidenciados como espaços representativos de uma identidade local e por vezes até nacional, dependendo dos interesses que estejam envolvidos.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA DO MATERIAL APRESENTADO

### 1-Fontes:

#### 1.1 Arquivo Noronha Santos

##### 1.1.1 Processos de tombamento

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.

1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

### 2- Artigos e Obras gerais:

AGUIAR, Leila Bianchi. Porto Seguro – BA. In: PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.p.150-157.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais. Revista: *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, n. 13, p. 79-89. 2015

\_\_\_\_\_. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio*. 3.ed. Cabo Frio: Comissão Executiva do Projeto Cabo Frio 500 Anos de História. 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

CUNHA, Márcio Werneck da. *Relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio*. Disponível em

<http://acervomarciowerneck.com.br/cmdownloads/relat%C3%B3rio-sobre-monumentos-e-esp%C3%A7os-culturais-de-cabo-frio/>. Acessado em 21/07/2017.

FERNANDES, Cybele Vidal. *Considerações sobre o espaço na obra franciscana no Brasil*. 2013, CEPSE. Porto – Portugal. Disponível:

<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues-iii-o-legado-franciscano/consideracoes-sobre-o-espaco-na-obra-franciscana-no-brasil>.

Acessado em : 01/08/2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual. 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

\_\_\_\_\_. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; FIGUEIREDO, Haydée; REZNIK, Luís. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/Departamento de Ciências Sociais*. IJUÍ: Ed. Unijuí, 2000. Disponível em: [www.historiadesaogoncalo.pro.br](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br). Acessado em 25/09/2018.

\_\_\_\_\_. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M. F. C.; GASPARELLO, Arlete M., MAGALHAES, Marcelo de S.(orgs). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

GOUBERT, Pierre. História Local.(Trad. Marta M. Lago) In: *Historical Studeies Today*. Ed. By Felix Bert and Stephen R. Graubart.N.Y.Norton& Co., 1972.

HOORNAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil Colônia: 1500 – 1800*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: *Informações sobre bens tombados em Cabo Frio* – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acessado em 26/02/2017.

LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na História*. In: Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de Medeiros. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. *Revista Urutágua*. Nº 21, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704>. Acessado em 01/08/2017.

NORRA, Pierre. “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”. In *Projeto História*. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 20/01/2017.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In *Revista Estudos Históricas*. V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. “ Memória e identidade social”. In *Revista Estudos Históricas*. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? . Apresentado: *V Taller Internacinal de Historia Regional y Local*. Havana/ Cuba, 2002. Disponível em [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf). Acessado em 22/06/2018.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. *Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015*. Brasília :ibram, 2017.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma falta. *Estudos históricos*, 1996, nº 17. p.85-91.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e Silva. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro.v. 62, 3ª série, n.14, 1854. p. 206-218.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.